

Planejamento por filhos e comportamento reprodutivo: Uma análise da relação entre os desejos dos parceiros e suas influências mútuas¹²

Angelita Alves de Carvalho³

Laura L. R. Wong⁴

Paula Miranda-Ribeiro⁵

1. Introdução

No contexto de baixa fecundidade como é o caso de um bom número de países do continente latinoamericanos em que, já em 2010, a Taxa de Fecundidade Total ficou abaixo do nível de reprodução e projeções que indicam reduções ainda significativas na fecundidade, torna-se cada vez mais relevante entender a dinâmica reprodutiva dos casais. Isto porque, como apontado por Miller *et al.* (2004), a reprodução tem suas motivações localizadas em duas estruturas separadas, tradicionalmente fixadas no homem e na mulher. Portanto, para que a reprodução desejada seja de fato alcançada, as motivações de ambos cônjuges devem, de alguma forma, ser integradas, o que torna o processo de tomada de decisão por filhos ainda mais complexo.

Logo, é bastante importante entender como as motivações, de cada um dos parceiros separadamente, sobre fecundidade interagem e se combinam, impulsionando uma ação conjunta, que é (não) ter filhos. Estudos revelam que as discordâncias do casal quanto às intenções e desejos de fecundidade resultam em vários processos alternativos de negociação e tomada de decisão, os quais devem ser analisados para se compreender como se dá a dinâmica reprodutiva.

No processo de negociação, existem várias possibilidades de solução, em que as divergências podem ser resolvidas pelo exercício do poder de gênero (Thomson,1990). De acordo com Thomson (1997) e Puur *et al.* (2008), nas sociedades atuais, os desejos dos maridos têm maior influência sobre os desejos reprodutivos das esposas, dado que os casamentos em sociedades economicamente desenvolvidas apresentam menores desigualdades de gênero e o engajamento dos homens nas responsabilidades familiares é maior. Esse maior compartilhamento das responsabilidades e cuidados com os filhos poderia levar a um aumento nos desejos de fecundidade das suas parceiras. Mas, por outro lado, Puur *et al.* (2008) argumentam que os homens, com visões igualitárias, teriam seus custos de crianças superiores aos seus homólogos mais tradicionais, por investirem mais tempo e energia no cuidado de seus descendentes, o que poderia fazer com que estes reduzissem o número de filhos que desejam.

¹ Trabajo presentado en el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima-Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014

² Este artigo integra minha tese de doutorado em demografia intitulada: Insatisfação ou discrepância? Uma análise das preferências de fecundidade e do comportamento reprodutivo de casais de alta escolaridade em Belo Horizonte/MG, defendida em 02/2014 pelo CEDEPLAR/UFMG

³ Universidade Federal de Minas Gerais – angelita_alves_carvalho@hotmail.com

⁴ Universidade Federal de Minas Gerais – lwong@cedeplar.ufmg.br

⁵ Universidade Federal de Minas Gerais – paula@cedeplar.ufmg.br

Tem-se a hipótese de que, apesar de as mulheres ainda ficarem com os custos físicos da gravidez e do nascimento, que biologicamente é delas, os homens passaram a ter um forte interesse nas decisões de fecundidade em função da influência da mídia, de instituições legais e da maior cobrança das mulheres em relação às suas obrigações. Também se especula qual seria o real poder feminino e das instituições legais em tornar essa paternidade, de fato, uma paternidade responsável. Isso porque, apesar do aumento da escolaridade e da autonomia feminina em diversas áreas, o mesmo não tem acontecido dentro das famílias. Espera-se, por fim, identificar possíveis fatores que contribuam para uma melhor compreensão do fenômeno da fecundidade abaixo do nível de reposição no país, do contínuo aumento da discrepância entre uma maior fecundidade desejada e uma menor fecundidade observada entre casais e da participação dos homens na implementação das preferências reprodutivas das mulheres, e, portanto, do casal.

A relevância das intenções reprodutivas e do comportamento de casais é reconhecida há muito tempo na literatura sobre a fecundidade (Ryder, 1973), mas são poucas as análises aprofundadas sobre os planos de engravidar e do comportamento reprodutivo, considerando ambos os parceiros (Fried & Udry 1979; Beckman *et al.*, 1983; Morgan, 1985; Thomson *et al.* 1990; Thomson, 1997; Thomson & Hoem, 1998). Apesar de existirem evidências consideráveis de que os desejos ou intenções do marido influenciam a fecundidade do casal, as pesquisas de fecundidade continuam a basear-se principalmente nos pontos de vista das mulheres. Em grande medida, a escassez de estudos pode ser atribuída aos custos elevados de se estudar ambos os cônjuges nas pesquisas e à menor precisão que se costuma obter da fecundidade masculina.

A fim de avançar na temática acima, este artigo analisa o processo de tomada de decisão por filhos entre casais de alta escolaridade e a visão de cada um dos cônjuges sobre sua autonomia e poder de barganha quanto à implementação de sua fecundidade desejada.

2. O processo de tomada de decisão por filhos entre casais

Os estudos sobre preferências reprodutivas com relação aos desejos de ter filhos, concedem, sempre, à mulher maior decisão sobre quando e quantos filhos o casal teria. Isto se baseia, especialmente no fato de a mulher ser a responsável biológica pelo nascimento dos filhos e, portanto, ela dominaria as decisões reprodutivas. Por muitas décadas esta visão reinou nos estudos de preferências e intenções reprodutivas e de fecundidade (Beckman *et al.*, 1983; Oliveira, M. 2007).

No entanto, novos estudos sobre o processo de decisão por filhos entre casais divergem. Eles encontram que os desejos dos maridos têm pequenos, mas estatisticamente significativos, efeitos incrementais sobre o comportamento do casal quanto ao uso de contraceptivos ou ao número de filhos tidos, quando os efeitos dos desejos e intenções das esposas se controlam (Morgan, 1985). Uma das grandes estudiosas do tema é Elizabeth Thomson, que, entre os vários artigos publicados sobre o tema (Thomson *et al.* 1990; Thomson, 1997; Thomson & Hoem, 1998), mostra que os desejos e intenções dos homens em idade reprodutiva influenciam os nascimentos de filhos com uma força igual aos desejos e intenções das mulheres. Thomson *et al.* (1990) encontram que, para os casos de um tamanho de família desejado divergente, o número de crianças efetivamente tidas situava-se entre as preferências iniciais individuais e, nesses casos mais uma vez, a influência do parceiro do sexo masculino foi encontrado como sendo igualmente forte. O estudo ainda revelou que a vontade do marido para adiar os nascimentos teve efeito significativo sobre as taxas de fecundidade. Embora maridos fossem menos prováveis do que mulheres de expressar sua disposição a adiar os

nascimentos por motivos econômicos, eles foram mais sensíveis às condições econômicas do que as esposas quando as decisões de tempo eram feitas. Thompson (1997) mostra, ainda, que a omissão dos desejos ou intenções dos maridos obscurece a verdadeira relação entre desejos e intenções de fecundidade do casal e que especificações imprecisas da relação entre desejos ou intenções e nascimentos dos parceiros distorcem a compreensão dos determinantes da fecundidade e suas conseqüências.

Miller *et al.* (2004) sugerem um círculo de efeitos em que os desejos e o comportamento verbal e não-verbal do marido afetam a percepção desses desejos, que afetam os próprios desejos da mulher, que afetam seu comportamento verbal e não verbal, a percepção dos desejos do marido, e assim por diante. Cada cônjuge comunica verbal e não-verbalmente para o seu parceiro os seus desejos e intenções por filhos e cada um dos cônjuges, por sua vez, "lê" o comportamento verbal e não-verbal de seu parceiro e faz suas próprias inferências dos seus desejos, intenções e motivações para ter ou não filhos. A mais importante influência social sobre o comportamento reprodutivo individual vem do parceiro sexual, pois o comportamento reprodutivo tipicamente envolve a tomada de decisão conjunta e uma busca cooperativa de evitar ou não a gravidez, em que os conflitos de interesse estão sempre presentes em díades sexualmente íntimas (Miller, 2011).

Bauer & Kneip (2012), ao estudar a tomada de decisão por filhos entre casais, encontram efeitos simétricos dos desejos dos dois parceiros sobre as intenções e comportamento de fecundidade, indicando que nem as mulheres nem os homens dominam as decisões nesse campo. Mas o que se mostra importante é a função de utilidade comum, em que um parceiro somente irá exercer um "veto" se a perda esperada de utilidade de uma criança for muito alta. E quando os parceiros tiverem desejos opostos, o poder de negociação virá à partir das vantagens das condições de mercado que poderá desempenhar um papel fundamental para um parceiro impor a sua vontade sobre o outro.

Hener (2010) sugere que as famílias não devem ser consideradas como unidades de decisão únicas, mas como um conjunto de indivíduos heterogêneos que negociam sobre a alocação de recursos domésticos. Estudando a Alemanha, o autor mostra evidências de que os casais não negociam somente sobre o consumo privado mas também negociam sobre as decisões de fecundidade. Assumindo que a renda relativa desempenha um papel fundamental para a tomada de decisão, como determina a teoria do poder de barganha, os autores sugerem que as mulheres por deterem menor renda possuem menor poder de barganha. Uma implicação política dos resultados, no caso estudado, é que tendo as mulheres maiores desejos por filhos do que os homens, os benefícios públicos para se ter filhos poderiam ter maiores efeitos para o aumento da fecundidade se estes fossem reforçados por transferências que beneficiassem as mulheres, o que aumentaria o seu poder de barganha e, portanto, influenciaria a implementação de suas preferências reprodutivas, aumentando a fecundidade.

Em outro estudo, agora para a Austrália, Fan & Maitra (2011) também mostram a importância de se considerar as preferências reprodutivas para a análise da fecundidade real. O estudo evidencia que a preferência de fecundidade das esposas é mais importante para prever os resultados de fecundidade em comparação com a preferência dos maridos. A chance de se ter mais uma criança foi maior para casais em que a mulher queria mais filhos e foi menor para casais em que a mulher queria ter menos filhos. Após controlar o desejo inicial de fecundidade do marido, o risco de ter um filho adicional foi de 48% menor do que quando o desejo inicial da mulher era inferior, e 83% maior quando o desejo inicial da esposa era maior. Portanto, neste estudo, a preferência da mulher parece ser a força motriz por trás das realizações de fecundidade. Isto, novamente, sugere que as políticas de incentivo para se ter

filhos devem considerar que o processo de tomada de decisão de fecundidade envolve um poder de barganha entre os cônjuges e por isso devem focar o indivíduo que possui preferências por mais filhos, neste caso, a mulher, pois se espera que esta possa colocar em prática mais fortemente suas intenções.

3. Relações de gênero e sua interferência nas negociações e poder de barganha dos cônjuges frente às decisão por filhos

Mason (1986) e Mason & Taj (1987) foram as pioneiras nos estudos para entender as relações de gênero e a fecundidade, porque elas iniciam o debate sobre a forma e que a autonomia feminina poderia influenciar a fecundidade conjugal. Apesar dos estudos empíricos não fornecer fortes evidências sobre se o homem ou a mulher é mais pró-natalista que o outro (Mason & Taj 1987), um argumento defendido é que as mulheres preferem ter menos filhos do que os seus maridos. Nesse caso, então, uma maior autonomia feminina implicaria que as mulheres seriam mais propensas a ter uma baixa fecundidade. Um dos motivos das mulheres desejarem menos filhos do que os homens, por exemplo, seria o fato de elas arcarem com os custos de ter filhos. Outro motivo seria o fato de a autonomia interferir na decisão de utilizar um método contraceptivo em casos em que mais filhos não são desejados. Em outras palavras, se uma mulher prefere não ter mais filhos, ela agiria com base nessa preferência, utilizando um método contraceptivo específico mais eficaz. Mason (1986) afirma, portanto, que a ligação entre a autonomia feminina e fecundidade é substancialmente importante para a demografia.

Puur *et al.* (2008) também justificam a incorporação de gênero nos estudos de baixa fecundidade, uma vez que para ele os desejos e preferências por crianças surgem de forma diferenciada em ambos os sexos e os mecanismos que levam a realização dessas preferências também diferem entre homens e mulheres. Em seu estudo realizado em quatorze países europeus entre 2000-2003 concluíram que atitudes mais igualitárias em direção a igualdade de gênero leva a intenções de fecundidade mais elevadas entre os homens. Além disso, após o controle de diversas características demográficas e socioeconômicas, verificou-se que atitudes mais igualitárias de gênero associam-se a intenções mais altas de fecundidade, bem como fecundidade realizada maior em 8 dos 14 países estudados (Áustria, Estônia, Alemanha Ocidental e Oriental, Itália, Lituânia, Países Baixos e Polônia).

McDonald (2000a e 2000b) mostra em seus estudos que a fecundidade aumenta à medida que se avança em prol da equidade de gênero dentro das famílias. Paradoxalmente, o desequilíbrio de gênero entre os cônjuges em relação aos níveis de educação, emprego e divisão das tarefas domésticas e cuidados com os filhos tem contribuído para a baixa fecundidade nos países desenvolvidos.

Também Presser (2001) chama a atenção para a necessidade de refletir sobre as relações de gênero existentes nas famílias em contextos de fecundidade abaixo do nível de reposição. A autora acredita que, devido à maior capacidade que as coortes recentes de mulheres têm de controlar o tempo de eventos ao longo do curso da vida, e em razão disso terem maior tempo de lazer disponível, novas questões são colocadas sobre a tomada de decisão sobre o momento e número de filhos que os casais tem. Para a autora, a maioria de mulheres e homens querem ser pais e mães, contudo é preciso apenas um filho para realizar este sonho.

Com o adiamento da fecundidade, as mulheres passaram a ter maiores experiências de seu tempo gasto em outras atividades (trabalho, educação, lazer, etc) e com isso sentem-se no direito de ter este tempo próprio. Com a vinda dos filhos, as mulheres passam a ter novas

demandas de tempo, contudo os homens não entendem essa necessidade de tempo próprio de suas mulheres, enquanto estas esperam cada vez mais a participação dos homens no cuidado e educação dos filhos. Nesse sentido, o custo econômico e social de ter mais que um filho torna-se muito alto, pois significa elevar as tensões nas negociações de gênero sobre o uso do tempo dentro das famílias (Presser, 2001).

Ao analisar os efeitos das atitudes dos parceiros sobre o tempo do nascimento do primeiro filho, a divisão do trabalho doméstico, a divisão do trabalho de cuidado infantil e a divisão do trabalho remunerado dos cônjuges para casais na Holanda, Jansen & Liebroer (2006) encontram que atitudes dos parceiros não são sempre idênticas, uma vez que a atitude da esposa em relação aos papéis de gênero é, muitas vezes, um pouco mais igualitária do que a do seu marido. Por outro lado, as atitudes de ambos os parceiros desempenham um papel igualmente importante na tomada de decisão sobre questões relacionadas às decisões conjuntas (divisão do trabalho assalariado, divisão das tarefas domésticas e nascimento do primeiro filho). Os casais parecem se esforçar para chegar a um consenso quando eles têm atitudes dissimilares, e uma das soluções encontradas pelas famílias contemporâneas é a negociação, através da qual conseguem lidar com as diferenças do poder de barganha.

No entanto, o estudo também aponta para situações em que a negociação não necessariamente é uma regra, como nos casos em que maridos e esposas mantêm diferentes atitudes com relação à paternidade e maternidade, dado que eles parecem ter dificuldade em encontrar um equilíbrio no que diz respeito à divisão das tarefas domésticas. As atitudes de papéis de gênero são importantes durante o relacionamento, em que ter e criar filhos pode pedir ajustes em alguns aspectos da divisão sexual de trabalho existente na família e do trabalho remunerado. Dado que estes ajustes resultam da decisão de ter filhos, a decisão sobre qual dos parceiros irá ajustar o seu comportamento mais fortemente a esta nova situação pode depender de qual parceiro é aquele mais orientado para a criança. Ao mesmo tempo, ter filhos requer negociar um aspecto completamente novo: a divisão de tarefas de cuidados infantis. Dado que existem disposições anteriores para este tipo de divisão do trabalho, poderia ser que as atitudes de gênero –que fornecem, em geral, um roteiro para o modo de divisão destas tarefas– sejam importantes para decidir com será essa divisão (Jansen & Liebroer, 2006).

Na América Latina, Hakkert (2003), analisando as preferências reprodutivas de casais em 8 países da América Latina, incluindo o Brasil, observou que cerca de um terço dos casais relataram que queriam o mesmo número de filhos por ambos os cônjuges e, curiosamente, muitos casais pareciam não perceber que eles tinham objetivos diferentes. Maridos, em particular, estavam geralmente convencidos de que suas esposas tinham os mesmos pontos de vista que eles sobre o tamanho ideal da família, o que não era verdade. Tudo isso indica uma falta de comunicação sobre as preferências de fecundidade e da presença de atitude "machista" por homens que naturalmente assumem que suas esposas compartilham suas preferências. O autor ainda revela que os homens nos países analisados tendem a querer ter mais filhos que suas esposas, mas as diferenças não são grandes: em aproximadamente 36% dos casos são os homens que querem ter mais filhos e em aproximadamente 28% dos casos são mulheres. Quanto aos casais que diferiram no desejo por filhos, o estudo indica que a situação mais comum é aquela em que as preferências médias dos cônjuges ficam situadas acima do valor médio preferido pelas mulheres e a fecundidade situa-se acima de ambos. Assim, a fecundidade se dá mais de acordo com a preferência do sexo masculino do que feminino.

No Brasil, poucos estudos analisaram a relação entre relações de gênero e vida reprodutiva. Goldani (2001) estuda as relações de gênero no contexto de queda da fecundidade no

Nordeste brasileiro, com base nos dados da PNDS 1996. O estudo mostra que as condições assimétricas de gênero foram desfavoráveis para que a redução da fecundidade no Nordeste, o que fez às mulheres dessa região não acompanharem o declínio rápido da fecundidade ocorrido no Brasil como um todo. Ao utilizar um índice de igualitarismo como uma proxy para as relações de gênero entre casais e sua influência sobre a TFT, a autora revela que os níveis de igualitarismo sobre escolhas reprodutivas foram muito baixos (apenas 52% dos casais teve pelo menos algum igualitarismo). Para cada aumento de um ponto na escala de igualitarismo, houve uma redução de mais de meio filho (-0,570) entre os casais com o mesmo número ideal de filhos.

Com uma proxy similar de relações de gênero, Gualberto (2003) faz uma análise das condições de igualdade entre a mulher e seu cônjuge e o uso de contracepção. Ele mostra que as chances dessa mulher usar métodos contraceptivos aumentam de acordo com o aumento o indicador e que aumentos de status diminuem as chances de insatisfação contraceptiva.

Recentemente, Bonifácio & Nepomuceno (2012), ao estudar as preferências reprodutivas de casais em 1996, encontram que, como há uma tendência de regularização do comportamento reprodutivo para todos os estratos sociais e regiões geográficas, quase nenhuma variável socioeconômica e demográfica é estatisticamente significativa para explicar a variação no número ideal de filhos declarado pelos cônjuges, sugerindo que o contexto influi pouco na preferência reprodutiva de cada uma das partes. Quanto à preferência reprodutiva do marido, elas observaram que esta tende a elevar o número médio final de filhos tidos em maior proporção que a preferência reprodutiva da esposa. Quando há divergência entre as preferências dos cônjuges, o número ideal declarado pelo marido tem um efeito maior na parturição final do casal, quando este número é acima daquele declarado pela esposa. Dessa maneira, é possível imaginar que na situação em que o marido deseja ter mais filhos que a esposa, a sua preferência reprodutiva terá mais impacto no número de filhos que o casal terá do que nas situações em que ambos concordam ou em que a mulher deseja um número de filhos maior.

Barros & Wong (2012) compararam Brasil e México ao analisar as preferências reprodutivas de mulheres, destacando os tipos de uniões. Entre as mulheres de alta escolaridade em uniões consensuais encontrou-se a maior proporção de fecundidade não realizada, tanto no Brasil como no México. Elas apontam que são essas as mulheres que encontram maior dificuldade em alcançar seu ideal reprodutivo, possuindo uma grande fecundidade não realizada por falta. A partir dos resultados encontrados as autoras questionam: se, de fato, as mulheres unidas e de alta escolaridade apresentariam um comportamento de vanguarda e seriam mais empoderadas, isto é, possuiriam o mesmo padrão daquelas que vivem em contextos denominados de Segunda Transição Demográfica. Se sim, por que teriam tamanha dificuldade em implementar suas preferências reprodutivas? Tratar-se-ia de uma violação aos direitos reprodutivos ou simplesmente uma opção dessas mulheres? Qual o papel do companheiro na concretização dos ideais reprodutivos – estariam eles influenciando as decisões sobre ter menos filhos?

Mais recentemente Castanheira *et al.* (2013), em resultados preliminares, analisaram como o conflito trabalho-família, medido a partir da proxy de proporção de mães que trabalhavam e tinham o filho mais novo entre 1 a 5 anos de idade, e as relações de gênero (medidas por meio da relação de gestores do sexo feminino), ambas medidas em nível da cidade, associavam-se às chances de ter um filho à nível individual em diferentes parturições, controlando por idade e características socioeconômicas do indivíduo. Os autores tinham a hipótese que de esses fatores poderiam estar influenciando a baixa fecundidade no Brasil.

Entre os resultados, ficou bastante claro que o conflito trabalho-família para a mulher têm um efeito sobre a fecundidade; os autores mostram que esse resultado é ainda mais forte para a redução da fecundidade de segunda, terceira e quarta ordens de nascimento.

Vale destacar que o estudo pioneiro feito por Goldani (2001) baseia-se em um contexto bastante específico (o Nordeste brasileiro), em que a fecundidade ainda era bastante elevada e, conseqüentemente, as relações de gênero desempenharam um papel bastante distinto do contexto atual, em que a fecundidade está abaixo do nível de reposição e já se tem um percentual significativo de mulheres com fecundidade indesejada por falta de filhos. O trabalho de Gualberto apesar de utilizar um indicador de relações de gênero, não o relaciona com preferências e satisfação de fecundidade. Já o trabalho de Bonifácio & Nepomuceno (2012) utiliza dados bastante defasados (PNDS 1996) e o de Barros & Wong (2012) usa médias agregadas de preferências, sem levar em consideração as preferências dos parceiros reprodutivos, e ambos não utilizam medidas de relações de gênero. O trabalho de Castanheira, por sua vez, ainda está em fase preliminar. Assim, espera-se que com os dados do Brasil em dois períodos, incluindo um mais recente (PNDS 2006), em que a fecundidade era de 1,8 filhos por mulher e ainda introduzindo a opinião do parceiro, se tenha resultados bastante diferentes, em que provavelmente as relações de gênero influam de forma diferenciada.

4. Metodologia

Este estudo utilizou a metodologia qualitativa para o entendimento do fenômeno pesquisado. Ele trata-se de um estudo de caso, o qual segundo Yin (1994) é adequado para compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, em que é possível identificar o “como?” e o “porquê?” da dinâmica de um fenômeno, em que se busca um aprofundamento nos temas de interesse.

Os dados foram coletados a partir de uma pesquisa de campo com casais em Belo Horizonte, (MG), Brasil no período de julho à setembro de 2013⁶. Esta etapa se caracterizou pela realização de entrevistas em profundidade individuais. Foram entrevistados 31 casais, em que a mulher, utilizada como âncora, tinha entre 35 e 44⁷ anos e possuía graduação completa ou mais. Entre estes casais 12 não tinham filhos, 11 tinham um filho e oito tinham dois filhos. Entre aqueles que já tinha filhos, na metade deles as mulheres se tornaram mães antes dos 35 anos e a outra metade depois dos 35 anos. As entrevistas foram realizadas pela própria autora, a qual seguiu um roteiro semi-estruturado, o qual permitiu um diálogo mais ativo por parte dos entrevistados e um aprofundamento dos temas de interesse da pesquisa. As entrevistas aconteceram no local de preferência dos entrevistados (domicílio ou no local de trabalho) e duraram, em média, 45 minutos.

⁶ Belo Horizonte é a capital do estado de Minas Gerais. O município tinha 2,4 milhões de habitantes em 2010; seu IDH foi de 0,810, sendo que a média nacional foi 0,73. A TFT de 2012 foi de aproximadamente 1,7 se calculada pelos registros contínuos de boa cobertura.

⁷ Estipulou-se essa idade devido ao fato da probabilidade de ter mais filhos ser pequena, uma vez que a fertilidade é reduzida e por ser a faixa etária em que a medicina define como gestação de risco e maternidade tardia. Sendo assim, o grupo acima de 35 anos teria mais motivos a serem revelados como possíveis causas de ainda não terem realizado a sua fecundidade, os quais interessam a essa pesquisa, bem como teria menor período e possibilidades de satisfazer sua fecundidade, caso esta ainda não esteja realizada. Não se trabalhou com mulher acima de 45 anos para evitar uma disparidade etária muito grande e por ser uma idade próxima ao final do período reprodutivo, e por de alguma forma isto influenciar as respostas das mulheres quanto à sua satisfação de fecundidade. Além disso, as mulheres de 45 em diante fazem parte de coortes com vivências, experiências e pressões diferentes daquelas de mulheres de até 35 anos e, com isso, ainda não serem influenciadas pelos fenômenos da baixa fecundidade e possível adiamento da mesma.

No recrutamento das entrevistadas foi levado em consideração o critério de conveniência em que foi utilizado a técnica conhecido como Bola de Neve, onde os participantes sugerem outros para serem entrevistados. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e interpretadas a partir da análise de conteúdo. Os participantes foram identificados por meio de nomes fictícios, número de filhos e idade, de forma que o leitor tenha certeza de que as falas utilizadas refletem opiniões que vêm de diferentes pessoas e não de uma mesma. As falas dos entrevistados estão apresentadas sempre em itálico e entre aspas (ex. “fala do entrevistado”). Já as minhas interferências e questionamentos estão sinalizados entre colchetes (ex. [fala minha]) e o que aparece esporadicamente entre parênteses no final da identificação do entrevistado são informações adicionais as quais de alguma forma ajudam a entender o contexto daquele participante. As pesquisas que subsidiam este estudo seguem os princípios éticos que regem os estudos que envolvem seres humanos e foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais.

Também foram utilizados dados na PNDS de 1996 e 2006 (Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da criança e da mulher) sobre preferências reprodutivas, a fim de comparar os dados quantitativos aos qualitativos e acima de tudo demonstrar a importância das preferências dos maridos sobre o comportamento de fecundidade e também da satisfação com o número de filhos tidos pela mulher.

5. Resultados e discussões

5.1 Os dados quantitativos

Sabendo que os desejos dos cônjuges se influenciam mutuamente e a fim de ilustrar a importância de se estudar a interferência dos desejos dos maridos sobre o comportamento de fecundidade, na TAB.1 tem-se os dados sobre o status entre fecundidade desejada e realizada e sua relação com o desejo do cônjuge por filhos. Na tabela percebe-se que de alguma forma a opinião do companheiro é relevante para a implementação das preferências de fecundidade da mulher por filhos, especialmente para caracterizar a demanda por falta de filhos. A suspeita de estas duas variáveis estarem muito correlacionadas, devido à informação sobre o desejo do marido ser dada pelas mulheres foi fracamente comprovada pelo Teste de Cramer a um nível de significância de 99% . Para ambos os anos o valor foi inferior a 0,2.

Analisando-se os diferenciais entre os percentuais, nota-se que foi entre as mulheres cujo marido desejava menos filhos do ela que se encontravam o maior percentual tendo menos filhos do que o desejado, ou seja com discrepância de fecundidade (50% em 1996 e 77% em 2006). Também foi nesse grupo que se registrou o maior aumento entre no período. Observou-se também que a porcentagem de mulheres que tiveram discrepância, nos casos em que ela disse que ambos desejavam o mesmo número de filhos, foi expressiva (mais de 41%). Estas diferenças foram estatisticamente significativas. Isto mostra que os desejos dos parceiros se interagem e que o desejo por filhos de um cônjuge pode sobressair ao outro. Nesse caso os dados indicam que o desejo do homem, por diversos motivos, parece sobressair em relação aos desejos da mulher.

TABELA 1 – Distribuição percentual de mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 anos segundo discrepância de fecundidade e suas preferências por filhos e os desejo do marido por filhos, Brasil 1996 e 2006

Variáveis da mulher	Fecundidade desejada igual à atual	Fecundidade desejada menor que à atual	Total	n	significância Teste de média (estatística F)	Valor e significância teste de correlação Cramer V
---------------------	------------------------------------	--	-------	---	--	--

Desejo do marido por filhos	1996						
	deseja igual	68,26	31,74	100,00	1.268	0,0000	V=0,1923 P-valor=0,000
	deseja mais	61,89	38,11	100,00	296	0,5530	
	deseja menos	41,04	58,96	100,00	247	0,0000	
	2006						
	deseja igual	51,27	48,73	100,00	1.061	0,0020	V=0,232 P-valor=0,000
deseja mais	53,94	46,06	100,00	218	0,2201		
deseja menos	10,41	89,59	100,00	141	0,0000		

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Pensando nessas relações entre os desejos dos parceiros, a TAB.2, traz uma junção das preferências da mulher com os desejos do marido (declarados por elas) e suscita novas questões. Um dado curioso, é que entre as mulheres que declararam querer(mais) filhos e cujo marido desejava ter menos do que ela, 95% estavam insatisfeitas por falta de filhos. Já entre aquelas que não queriam ter(mais) filhos o maior percentual de insatisfeitas por falta foi entre aquelas em que o marido desejava menos filhos do que elas (70% das mulheres). Esses resultados apontam para a importância da opinião do parceiro sobre o comportamento de fecundidade das mulheres, indicando que no caso em que os homens querem menos filhos do que as parceiras estas teriam maior influência dos seus parceiros.

TABELA 2 – Percentual de mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 anos segundo discrepância de fecundidade e suas preferências por filhos de acordo com o desejo do marido por filhos, Brasil 1996 e 2006

Variáveis		1996	2006	Percentual de diferença	N 1996	N 2006
quer (mais) filhos	marido quer o mesmo	91,49	90,64	-0,92	957	157
	marido quer mais	79,48	79,42	-0,07	205	26
	marido quer menos	91,88	95,20	3,61	188	39
não quer (mais) filhos	marido quer o mesmo	20,13	25,93	28,76	1381	941
	marido quer mais	19,84	29,52	48,77	548	228
	marido quer menos	42,39	69,23	63,32	195	105
não pode ficar grávida	marido quer o mesmo	52,47	63,77	21,54	147	136
	marido quer mais	45,12	17,76	-60,63	41	26
	marido quer menos	67,46	83,24	23,39	27	28

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Estes dados por outro permitem questionar se de fato é a mulher não quer ter (mais) filhos ou se é o marido quem não quer, pois ela saberia que o marido quer ter menos filhos do que ela e, por outro lado, esta declarou ter menos do que desejava. Mais uma vez, percebe-se que pode haver uma ambiguidade na declaração de preferências reprodutivas pelas mulheres e ainda uma influência dos desejos do parceiro na declaração de sua preferência. Isto pode indicar, mesmo não controlado por duração do casamento, que os desejos dos parceiros influenciam, assim como outros fatores, os desejos por filhos de suas esposas, seja, ou não, de forma consciente, o que acaba por determinar que estas tenham mais ou menos filhos do que de fato desejavam e tinham a intenção de ter. Nesse sentido, esta pequena análise descritiva instiga questões: seriam estes percentuais tão elevados de discrepância nos casos em que o marido deseja menos filhos do que a mulher indicação de alguma forma de desigualdade de poder de barganha entre os parceiros e estariam, portanto, as mulheres menos empoderadas? Ou simplesmente estes percentuais estariam mostrando uma vontade da esposa em fazer o desejo

do marido, o que não necessariamente significa menor poder de barganha ou equidade na tomada de decisão por filhos pelo casal? Ou, é produto da harmonização do projeto da vida em comum no que se refere á implementação das preferências reprodutivas do casal?

5.2 Os dados qualitativos

5.2.1 O surgimento do desejo por filhos pelo casal

Os desejos de cada parceiro sofrem interferência mútua o que tem impacto direto sobre o comportamento de fecundidade do casal. Assim como defendido por Miller *et al.* (2004) e Miller (2011a), o desejo de um parceiro influencia e é influenciado pelo desejo do outro, fazendo com que eles muitas vezes confundam em uma mesma intenção. Nas falas abaixo tem-se exemplos destas interferências em que parece que o desejo por filhos nasce de forma conjunta, em que ambos os parceiros começam a pensar sobre ter filhos em um mesmo momento. Outros já mostram que o desejo por filhos vai nascendo aos poucos, com o tempo de relacionamento.

“Foi quando nós começamos a conversar que estava na hora, a gente estava sentindo a casa muito vazia.” Bernardo, dois filhos, 43 anos

“Foi nascendo à vontade. Assim, chegou uma fase que foi nascendo, não foi de início não. Chegou uma fase que eu quis e aí foi quando eu parei de evitar.” Alice, um filho, 39 anos

Para alguns entrevistados parece que o tempo de relacionamento parece ser importante para os casais pensarem em filhos, especialmente aqueles sem filhos. Tomás, demonstra necessitar acomodar a relação antes de decidir ter filhos. Já entre aqueles com dois filhos, se tornar pai/mãe para uns parece ser algo inerente ao casamento e não questionável, como é o caso do Henrique, em que houve pouco diálogo sobre as preferências reprodutivas. Já no caso da Izabel, essa decisão sempre foi muito discutida na relação.

“Eu acho que no fundo ela quer ter filho, eu quero também, mas nós estamos esperando amadurecer a relação para poder a gente partir para essa idéia de ter filho.” Tomás, sem filhos, 37 anos.

“Na verdade a gente não conversava muito sobre isso. A gente sabia que a primeira seria natural, coisa natural.” Henrique, dois filhos, 46 anos

“A gente sempre teve um relacionamento muito tranquilo, sempre discutimos muito o que a gente espera da nossa família, do nosso futuro”. Izabel, dois filhos, 36 anos

Na hora da decisão por filho é muito comum a presença de desejos e tempos diferentes para a (pa)maternidade, pois intenções reprodutivas individuais precisam ser acomodadas para a viabilidade de sua implementação Miller *et al.* (2004). A fala de Ronaldo mostra claramente que ele foi sendo envolvido nos planos reprodutivos da esposa e que isto de alguma forma despertou os seus desejos pela paternidade. No segundo caso, pelo contrário, o desejo do marido e a insistência desse em ter filho, fez com que a Carmem, que no início não desejava ter um filho, tornar-se mãe. Ou seja, nestas falas tem-se reforçada a idéia de que os desejos dos parceiros se influenciam mutuamente e acabam por gerar um outro comportamento.

[Pensando um pouco depois que você conheceu a sua esposa, como que foi vindo a vontade de ser pai e se tornar pai?] *“Eu acho que a partir do momento que tive minha independência financeira, saí da casa dos meus pais, aquela vontade já não encaixava tanto à minha vida,*

porque era mais difícil de idealizar. Mas foi claramente uma... Eu acho que a mulher, ela pensa mais no futuro, o homem pensa mais no agora mesmo. Então eu acho que essa idéia de casamento, de ter família e tal foi muito mais construção da Bruna do que minha – eu fui meio que entrando no que ela propôs”. Ronaldo, 1 filho, 35 anos

[Então você passou a não evitar filhos?] *“Eu não queria ser [mãe]. O Luan sempre falava isso comigo ‘mas eu quero ter um filho, quero ter uma família’. O dia que ele falou isso para mim ‘eu quero ter uma família’ aí que tocou. A gente foi trabalhando e tal, mas foi uma situação que ele teve que batalhar muito.”* [Se fosse só por você, você acha que seria mãe?] *Se fosse só por mim eu acho que meu filho não teria vindo. Mas eu acho assim, as coisas sempre acontecem mais pela mão de Deus do que pela vontade da gente. O [filho] veio numa hora que eu estava preparada para receber ele, então eu acho que de repente...”* Carmem, 1 filho, 41 anos

5.2.2 Como os conflitos de interesses são resolvidos no processo de decisão por filhos

Também importante para as mudanças no curso do processo de tomada de decisão por filhos, é o efeito das divergências no tamanho de família desejado entre os cônjuges. Assim como mostrado por Thomson *et al.* (1990) em que a vontade do marido para adiar os nascimentos tem um efeito significativo sobre as taxas de natalidade, parece que, entre alguns entrevistados, especialmente entre aqueles sem filhos, este efeito também é válido para os desejos das mulheres. Para acomodar esses conflitos e divergências parece que uma das opções é o casal optar por adiar os nascimentos. Na fala da Paula tem-se um exemplo que mostra esse efeito do adiamento do filho em função do não desejo dela por ter filhos naquele momento, o que o parceiro acabou aceitando.

“Quando nos casamos ele falou comigo: ‘Paula, você pára de tomar remédio’, e eu falei: ‘Não, ainda não. Eu não estou preparada’ e ele foi e entendeu. Paula, sem filhos 35 anos

No exemplo a seguir, Marina revela que apesar de desejar filhos, ela ainda está adiando devido à falta de desejo por filhos do parceiro. Ela diz já sabia deste quando se casou que o marido não queria ter filhos, contudo não achava que isso poderia atrapalhar a relação. Só com o passar do tempo e a irredutibilidade a ação de ter filhos dele e a permanência do desejo por filhos nela, esse assunto começou a gerar conflitos. E até o momento este tema não está decidido entre eles.

“A minha história com o Pedro foi a seguinte, eu sempre soube que ele não queria ter filho. Sempre ele deixou muito claro para mim e tal. Só que a gente foi namorando, fomos envolvendo. A gente se dá muito bem, ele é um cara muito bacana. Quando a gente tinha seis meses de namoro, a gente chegou a terminar, ficamos uns três meses terminados e voltamos. Quando a gente voltou, eu acho que tive medo de falar ‘Olha, ou é o filho ou nada’. Nós resolvemos voltar e eu sempre soube disso. Na minha cabeça, e ele sabe disso também, que eu sempre quis e tal, e isso sempre era um fantasma para a gente, sempre foi” Marina, sem filhos, 37 anos.

Já Clara, revela que tinha um desejo muito forte por se tornar mãe no início do casamento, mas o marido nunca desejou ter filhos, e com passar o tempo parece que o desejo dela também foi diminuindo em função do marido não ceder. Clara revela que não estaria disposta a abrir mão do relacionamento para realizar o seu sonho.

“Nessa época não era muito definido para mim não, então eu não estava querendo abrir mão no primeiro momento [de ter filho]. Só que aí eu fui pensando um pouco mais, porque eu também... Assim, você vai conversar com o Vitor e você vai ver, a opinião dele é ‘eu não quero ter filho porque não quer ter’, ele não tem, pelo menos não consegue expressar outro motivo mais grave. É só ‘não tenho vontade de ser pai’. eu tinha vontade de ser mãe muito maior, bem grande, então a coisa ‘nossa, nunca vou ser mãe’ pesou um pouco. ‘Não vou cuidar do meu neném. Não vou ficar grávida’.” [Você pensava em abrir mão do seu relacionamento para ser mãe ou não? Chegou a pensar sobre isso?] “Eu cheguei a pensar isso, mas eu amo demais Vitor, mas é muito, então eu acho que isso estava mais importante do que ter o filho.” Clara, sem filho, 35 anos

Já no caso da Dália, percebe-se que a mulher também acabou sendo influenciada pelo esposo, contudo, neste caso de forma contrária. Ela não deseja ter filhos, mas acabou passando por um processo de fertilização (sem sucesso) para tentar ter filhos, uma vez que o desejo do marido por filhos era muito grande e acabou influenciando-a.

[Ter filhos era um desejo dele?] *“É, isso estava muito claro, apesar de nunca ter falado assim comigo: ‘Não, nós vamos ter um filho’, ele deixava muito claro, ele não falava assim, mas deixava muito claro que sem filho ele não ia ficar, que não era um projeto na vida dele não ter filho de jeito nenhum, ao contrário do meu, que eu teria encarado isso de uma maneira bem mais tranquila.” [Mas aí também você conseguiria abrir mão do seu não desejo, da sua situação em prol de realizar o desejo dele?] “Eu abri mão de casar e não foi, assim, abrir mão assim não era um projeto, uma coisa que eu sonhei, e foi bom [o casamento]. Porque [a maternidade] não seria? Então foi mais por aí.” Dália, sem filhos, 36 anos*

Nos casos mostrados, parece que, ao contrário do que tem sido apontado pelos estudos de Bauer & Kneip (2012) e Hener (2010), o poder de barganha sobre qual dos dois cônjuges terão os seus desejos atendidos não está totalmente associado a uma questão financeira, mas parece se relacionar muito mais à questões emocionais e de preferências dos entrevistados em continuar nos seus relacionamentos conjugais e/ou fazer a vontade do parceiro. Por outro lado, também mostra que estas mulheres, de alguma forma, parecem ter menor poder de barganha, haja vista que nos casos analisados, elas se mostraram mais dispostas a ceder aos desejos de seus parceiros, seja por abrir mão do desejo de se tornarem mães ou, contrariamente, se sujeitando a passar pelo processo gravidez a fim de realizar os desejos de seus parceiros. Contudo, esse assunto parece não ser algo fechado para estas mulheres, pois para elas os maridos tenderiam a ceder caso elas pressionassem, indicando que isso iria acontecer se o desejo delas por filhos se tornasse muito forte. Nesse sentido, para a Marina, que deseja ter filhos, a solução seria por meio a adoção, por esta ser mais aceitável para o esposo, mas não para ela, embora se sentiria realizada.

“Mas isso não foi tão claro [desejo por ser mãe], a gente conversou tanto, que para ele também ficou assim, se eu quisesse muito, ele abriria mão e teria.” Clara, sem filho, 35 anos

“Independente de como seja [filho natural ou adotado]. Se é o que ele dá conta e eu quero que ele seja o pai do meu filho, não quero abrir mão dele. Então eu estou muito feliz com isso. Não vejo a hora que realmente a gente...[possa adotar]”. Marina, sem filhos, 39 anos.

[Vocês estão decididos quanto a ter filhos?] *“Não. Da minha parte, quer dizer, a gente toca no assunto assim: ‘um dia a gente pode adotar’, e eu falo: ‘por mim tudo bem’.” Dália, sem filhos, 36 anos.*

Em todos os trechos mostrados, tem-se reforçada a visão apresentada por Iacovou & Tavares (2011) as quais argumentam que as decisões de fecundidade deve ser pensadas como um processo dinâmico em que as intenções são revistas no desenrolar dos processos vitais. A autora destaca a importância do estado conjugal, especialmente o início de novos relacionamentos, os quais parecem aumentar as intenções por filhos. Entre os entrevistados que vivenciam segundas ou mais uniões isso se mostrou de forma bastante clara, em que os homens parecem ser mais influenciados pelos desejos por filhos das novas esposas, os quais tendem a realizar.

“Ele já manifestou essa vontade. Depois, a gente conversando e tudo, ele também acha que... Engraçado, não é uma coisa essencial para ele, ele não fica assim “quero ter e tem que ser agora”. Joice, 1 filho, 38 anos (está no segundo relacionamento, tem uma filha do relacionamento anterior e nenhum filho do relacionamento atual)

“Eu não queria ter outro filho no começo não. ‘Não quero ter, não quero ter’.... Depois de dois anos de casamento ela começou a me pedir para a gente ter filho. Aos poucos eu fui concordando, concordando, concordando e uma hora eu falei: “Então tá. Então vamos”. Em dois meses parou com o medicamento e ela engravidou e foi tranquilo. Eu já estava feliz já.” Isaac, 2 filhos, 37 anos (está no segundo relacionamento, tem um filhos do relacionamento anterior e um do relacionamento atual)

“Ela queria muito, eu fui relaxando, começando a pensar “quem sabe vai ser bacana”. Fui pensado isso com o tempo.” Lucas, 3 filhos, 54 anos (está no quarto relacionamento, tem duas filhas dos relacionamentos anteriores e uma do relacionamento atual)

Estes achados corroboram os estudos sobre homens recasados de Marcondes (2008), a qual mostra que grande parte dos recasamentos masculinos envolve a união de um homem separado com uma mulher sem experiência anterior de vida conjugal, mais jovem que o parceiro e normalmente sem filhos. Além disso, o seu trabalho mostra indícios para uma possível associação entre o desejo de ampliar a prole em novas uniões e o status parental do homem recasado, uma vez que aqueles que não possuem filhos ou que têm somente um teriam mais chances de vir a querer ter filhos com uma nova companheira .

6. Considerações finais

Ao se considerar que o comportamento reprodutivo envolve, na maioria dos casos, decisões de casal, cujos desejos individuais necessitam ser acomodados em uma única ação, foi necessário analisar os desejos de ambos os cônjuges por filhos. Nesse sentido, à influência dos desejos dos parceiros é uma variável muito importante para a compreensão do comportamento reprodutivo.

Verificou-se com os dados da PNDS que a tomada de decisão por filhos parece estar sendo mais compartilhada com os parceiros, dado que o desejo dos homens por filhos revelou-se bastante relacionado ao comportamento de fecundidade da mulher, de forma que aquelas que possuíam esposos que desejavam menos filhos que elas apresentaram chances muito superiores terem menos filhos do que o desejado quando comparadas com aquelas que tinham maridos que idealizavam o mesmo número de filhos que elas. Isso sinaliza que nem sempre ambos os cônjuges estão satisfeitos com o resultados do comportamento de fecundidade do casal e, dentre os diversos processos de negociação, algum dos cônjuges pode fazer com que seu desejo torne-se realidade em detrimento dos desejos do outro. Parece, nesse caso, que no

final os homens obtêm vantagem, no sentido de experimentarem uma discrepância menor entre desejo e realidade.

Entre os casais entrevistados, percebeu-se que esses desejos se influenciam mutuamente, e que tanto mulheres quanto homens parecem sentir tal influência. O que pôde ser visto é que, nos grupos analisados, as mulheres parecem ser aquelas que mais sofrem essa interferência ou as que mais cedem à pressão dos seus companheiros, que pode ser tanto no sentido de não ter filhos entre aquelas que desejavam ser mães, quanto de ter filhos entre aquelas que não desejavam a maternidade. Seja por imposição não revelada pelo cônjuge ou por opção da mulher, a qual vislumbra melhor qualidade do relacionamento, algumas preteriram seus desejos em função da realização do desejo dos seus parceiros.

Esse é um tema delicado, haja vista que os desejos e comportamentos dos indivíduos podem mudar ao longo tempo e, portanto, todo o discurso analisado pode não ser definitivo. Assim, não se sabe se, entre aquelas que ainda não realizaram os seus desejos por filhos em função do não desejo do marido, esta situação se manterá. Por outro lado, entre aquelas que tiveram filhos em função do desejo do parceiro, verificou-se que elas parecem muito satisfeitas após realizarem esta opção. Portanto, seria muito fácil alegar que essas situações sejam reflexos de desigualdades de gênero e menor poder de barganha das mulheres em relação aos seus parceiros, talvez até mesmo imperceptíveis para elas. Entretanto, a dinâmica em que essas opções ocorrem é mais complexa e, em muitos momentos, isso não é explícito. Com isso, este estudo não é conclusivo sobre se essas opções relacionam-se às tensões de gênero ou ao livre arbítrio de cada indivíduo.

Os achados abrem a discussão sobre se o fato destas diferenças constituírem um cenário de fecundidade insatisfeita por falta de filhos. Estudo desenvolvido por Carvalho (2014) neste mesmo grupo de casais de alta escolaridade leva a concluir que trata-se de discrepâncias entre o número de filhos tidos e o desejado que estariam distantes de se interpretar como uma violação aos direitos reprodutivos da mulher.

Se bem as reflexões acima referem-se a um grupo social mais favorecido, destaca-se que, ao menos para o caso do Brasil, o conhecimento da influência do parceiro nos planos e no comportamento reprodutivo torna-se ainda mais pertinente, uma vez que o país passou por mudanças importantes na legislação relativa aos deveres do pai biológico⁸. Essas conquistas legais, nas quais o homem é chamado a exercer uma paternidade responsável, pelo menos legal e economicamente, estaria longe de ser considerada “letra morta” no país e sugere que esse exercício pode ter afetado o desejo e as intenções dos homens por filhos, bem como os argumentos utilizados por eles no momento da decisão por filhos pelo casal. Todavia não existe aferição desta influência que, hipoteticamente, pode ter atingido em maior medida, justamente as classes socioeconômicas menos favorecidas e com isto, acentuado ainda mais a generalização da queda da fecundidade na sociedade brasileira.

Sugere-se nesse sentido que mais pesquisas sejam realizadas com casais de todas as classes sociais, em que tanto os homens quanto as mulheres sejam ouvidos, a fim de expandir o

⁸ Além da lei nº 10.406/2002 contida no Código Civil que determina o dever de sustento, em que existe a obrigatoriedade da pensão alimentícia, foi aprovada recentemente a inversão do ônus da prova gerada pela Lei 11.804/08 em que antes era a mulher que solicitava à Justiça a comprovação de paternidade: agora é o homem que tem de provar que não é o pai. Essa lei também permite que as mães recebam o benefício do suposto pai já a partir da gravidez e o seu não cumprimento pode ter como consequência a prisão do responsável. Contudo, recentemente, algumas discussões foram levantadas no âmbito judicial a fim de minimizar essa pena (Brasil 2002 e 2008).

entendimento, nesse novo contexto de relações de gênero, da importância e influência dos desejos dos maridos sobre o comportamento reprodutivo da mulher e em última instância, do casal.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, A. A. de. **Insatisfação ou discrepância? Uma análise das preferências de fecundidade e do comportamento reprodutivo de casais de alta escolaridade em Belo Horizonte/MG**. Belo Horizonte, MG. 2014. 315 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Departamento de Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BARROS, J.V.; WONG, L.R.E. Implementação das preferências reprodutivas no contexto de queda da fecundidade, segundo o tipo de união: um estudo para Brasil e México. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 5, 2012, Uruguay. **Anais...** Rio de Janeiro: ALAP, 2012.

BAUER, G.; KNEIP, T. Fertility From a Couple Perspective: A Test of Competing Decision Rules on Proceptive Behaviour. **European Sociological Review Advance**, v.12, Jan. 2012

BECKMAN, L. J. *et al.* A Theoretical Analysis of Antecedents of Young Couples Fertility Decision and Outcomes. **Demography**, v.20, p.519-533, 1983.

CASTANHEIRA, H. C. ;KOHLE, H. P. Work and Family Conflict, Gender and Low Fertility in Brazil. Paper presented at Population Association of America (PAA) **Annual Meeting**, Philadelphia 2013. Disponível em: <http://paa2013.princeton.edu/papers/132905>. Acesso em 4/05/2013.

FAN, E.; MAITRA, P. Women rule: Preferences and fertility in australian households, Department of Economics. **Monash University Working Papers**, v. 57, v.10, 2011.

FRIED, E.S.; J.R. UDRY. Wives' and Husbands' Expected Costs and Benefits of Childbearing as Predictors of Pregnancy. **Social Biology**, v.26, p. 265-274, 1979.

GOLDANI, A. M. Gender Relations and Fertility in Northeastern Brazil. **Brazilian Journal of Population Studies**, v. 2, p. 69-96, 2001.

GUALBERTO, L. N. Comportamento Contraceptivo, Raça/Cor e Status da Mulher no Brasil. **Dissertação** (Mestrado em Demografia), Universidade Federal de Minas Gerais, 2003

HAKKERT, R. Fecundidad deseada y no deseada en América Latina, con particular referencia a algunos aspectos de género. In: CELADE/CEPAL (Org.). **La fecundidad en América Latina: ¿Transición o revolución?** Santiago de Chile: Celade/Cepal, 2003. p. 267-288.

HENER, T. Do Couples Bargain over Fertility? Evidence Based on Child Preference Data. **Ifo Working Paper**, n. 92, 2010.

IACOVU, M.; TAVARES, L. P. Yearning, Learning, and Conceding: Reasons Men and Women Change Their Childbearing Intentions. **Population and Development Review** v. 37, n. 1, p. 89–123, 2011.

IBGE (2013). Censo Demográfico 2010. Resultados da amostra: Nupcialidade, Fecundidade e Migração. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Nupcialidade_Fecundidade_Migracao/censo_nup_fec_mig.pdf. Acesso em 12/10/2013

JANSEN, M.; LIEFBROER, A.C. Couple's attitudes, childbirth, and the division of labor. **Journal of Family Issues** 27(11): 1487-1511, 2006.

MARCONDES, G. dos S. **Refazendo famílias**: as trajetórias familiares dos homens recasados. Campinas, SP. 2008. 285 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MASON, K. O. The Status of Women: Conceptual and Methodological Issues in Demographic Studies. **Sociological Fórum**, v. 1, n. 2, p. 284-300, 1986.

_____; TAJ, A. M. Differences Between Women's and Men's Reproductive Goals in Developing Countries. **Population and Development Review**, v. 13, n. 4, p. 611-638, 1987.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 288 p.

MCDONALD, P. Gender equity, social institutions and the future of fertility. **Journal of Population Research**, v. 17, n. 1, p. 1-16, 2000a.

_____. Gender equity in theories of fertility transition. **Population and Development Review**, v. 26, n. 3, p. 427-439, 2000b.

MILLER, W.B., SEVERY, A.; PASTA; D.J. A framework for modeling fertility motivation in the dyad. **Population Studies**, v.58, n. 2, p. 193-205, 2004.

_____. Comparing the TPB and the T-D-I-B framework. **Vienna Yearbook of Population Research**, v. 9, p. 19-29, 2011.

MORGAN, S.P. Individual and couple intentions for more children. **Demography**, v. 22, p. 125–132, 1985.

OLIVEIRA, M. C. O lugar dos homens na reprodução. **Género, familias y trabajo: rupturas y continuidades. Desafíos para la investigación política**. GUTIÉRREZ, M. A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2007.

PRESSER, H. B. A Gender Perspective for Understanding Low Fertility in Post-transitional Societies. **Population and Development Review**, v. 27, p. 177-183, 2001.

PUUR, A., OLÁH, L.SZ.; TAZI-PREVE, M.I.; DORBRITZ, J. Men's childbearing desires and views of the male role in Europe at the dawn of the 21st century. **Demographic Research**, v. 19, n. 56, p. 1883-1912, 2008.

RYDER, N. B. A critique of the National Fertility Study. **Demography**, v. 10, n. 4, p. 495-506, 1973.

THOMSON, E. Two into one: modeling couple behaviour. In: DIEGO, A. C. (Ed.), **Family Variables**. Newbury Park, CA: Sage, 1990. p. 129-142.

_____; MCDONALD, E; BUMPASS, L. L. Fertility desires and fertility: Hers, his, and theirs. **Demography** 1990;27:579–588.

_____. Couple childbearing desires, intentions, and births, **Demography** v. 34, p. 343-354, 1997.

_____; HOEM, J. Couple childbearing plans and births in Sweden. **Demography**, v. 35, p. 315-322, 1998.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. Sage Publications, 1994. Cap.4.